



**ST18. SOCIEDADE E CULTURA NAS PROVÍNCIAS DO NORTE
HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA SOBRE O OITOCENTOS**

1260

INCURSÃO SOBRE A ECONOMIA PARAIBANA (Século XIX)¹

Maria da Vitória Barbosa Lima²

Resumo: Este estudo se processa em um tempo em que a relação do homem com a terra, entendida como instrumento de produção e geradora de capital, era critério essencial para a atribuição de papéis sociais. Tendo como fonte inventários de criadores de gado no sertão paraibano, especificamente no município de Sousa, buscamos adentrar em outro aspecto econômico sobre o sertão: a geração de fortunas nesse espaço no século XIX. Os inventários nos permitem aferir possibilidades ou virtualidades para a pesquisa sobre as dimensões das fortunas no sertão, saber sobre a estratificação socioeconômica, a extensão das fortunas e, com isso, a representatividade dos níveis de riqueza ali existentes e em que classe ou categorias de fortuna se concentravam nossos inventariados. Comparamos as fortunas declaradas pelos fazendeiros, em Sousa, com as dos senhores de engenho do litoral. Percebemos que os elementos constitutivos das fortunas dos inventariados variam de acordo com a sua área de dominação econômica.

Palavras-chave: Economia no sertão. Geração de fortunas. Inventários. Paraíba, século XIX.

INTRODUÇÃO

Reafirmamos que este trabalho iniciou-se com o objetivo estudar a liberdade dos escravos em duas áreas econômicas da Paraíba: a zona da pecuária, tendo por base a Vila de Sousa, e a zona açucareira, o espaço da Cidade da Parahyba. Porém, a documentação nos permitiu adentrar no estudo da economia criatória no sertão paraibano. Galliza (1987) afirma que a pecuária não necessitava de grandes investimentos e, sobretudo, constituiu uma “classe média de empresários”, que se situava entre os donos de engenho e os trabalhadores livres e escravos. Não discordamos da autora quanto à afirmação de a pecuária ter-se desenvolvido com pouco capital, entretanto, discordamos de que o sertão pecuarista conheceu uma “classe média

¹ Artigo inédito extraído da tese: LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade Reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)**. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

² Doutora em História/Bolsista PNPd PPGCI-UFPB

de empresários”. Assim, cabem alguns questionamentos. Em que consistia a “classe média de empresários”? As fazendas de gado eram empresas? Vejamos como a autora desenvolve suas ideias e identifica, nas atividades do engenho e das fazendas, empreendimentos que denomina de “indústria”, e os seus agentes, de “empresários”.

“CLASSE MÉDIA DE EMPRESÁRIOS”, NÃO SENHORA! SENHORES DE MUITAS POSSES!

Galliza (1987, p. 20-33) apresenta um quadro comparativo das economias açucareiras e criatória no Nordeste brasileiro e procura destacar as semelhanças e diferenças entre ambas as economias. Entre as semelhanças existentes, a autora oferece elementos de natureza política e econômica. O principal elemento consiste em compreender o engenho e a fazenda como frutos da política colonizadora do Reino. Portanto, a partir dessa tese inicial, ocorre o desdobramento de sua interpretação, a saber:

- a) A posse e a propriedade da terra teriam resultado da doação de sesmarias, embora os sesmeiros tivessem a obrigação de ocupá-la e povoá-la. Para isso, era necessário desenvolver uma atividade econômica capaz de fixar o povoamento. Contudo, a doação de sesmarias, provenientes da grande disponibilidade de terras, acarretou a criação de grandes propriedades agrícolas: os latifúndios;
- b) Os latifúndios açucareiro e pecuário criaram núcleos urbanos, embora estes em proporção menor em relação aos núcleos criados pela atividade açucareira. No latifúndio açucareiro, o engenho se constituía no “conjunto industrial” em que se preparava o açúcar. No latifúndio pecuário, desenvolveu-se a “indústria da carne seca”;
- c) No engenho e na fazenda, coexistiram a mão-de-obra escrava e a livre, com as devidas ressalvas específicas de sua utilização nas referidas economias;
- d) Ambas as economias entraram em crise na fase colonial, e a pecuária passou a ser entendida como uma economia complementar e subordinada à economia hegemônica: a açucareira. Quando esta entrou em crise, o mesmo ocorreu com aquela.

A autora mostra as seguintes diferenças entre a economia açucareira e a criatória:

- a) A pecuária se desenvolveu com capitais “locais”, ou seja, por “gente livre com capitais próprios”; diferentemente dos engenhos, que necessitaram de capitais estrangeiros ou da Metrópole (Portugal);
- b) A pecuária passou a servir como supridora de matéria-prima aos envoltórios de fumo exportado, fornecedora de carne e força motriz (bois) para os engenhos. Assim, era uma atividade voltada para o mercado interno.

Acreditamos que esses são os fundamentos em que se baseou Galliza (1987) para classificar os fazendeiros do sertão em “classe média de empresários”. Apesar das exposições de suas ideias, a autora não esclarece se as fazendas de gado do sertão

paraibano se constituíam em empresas. Sabemos que a “indústria da carne seca” - cujo principal centro produtor, no Nordeste, era o Ceará - não aparece nos mapas das produções dos municípios do sertão da Paraíba. Tomamos como exemplo a Vila de Sousa, em 1805, cujos produtos de exportação eram as cabeças de gado vacum e cavalar, os meios de sola e couro, sendo que os dois primeiros produtos exportados eram em maior quantidade, enquanto apenas parte da produção dos dois últimos tinha o mesmo destino. Nos mapas de produção e exportação da Paraíba, não há referência à “carne seca”³.

Por outro lado, desconhecemos quem seriam esses “empresários” com capital próprio, na Paraíba setecentista e oitocentista, que transformaram o sertão em um grande empreendimento com as fazendas. Seria possível que, nessa capitania, houvesse capital endógeno, principalmente nos Setecentos, quando ocorreu o maior número de concessão de sesmarias? Desconhecemos qualquer estudo sobre a Paraíba que aponte para essa possibilidade. Contudo, Fragoso e Florentino (2001, p. 81) percebem, em relação ao Rio de Janeiro, sobretudo, na segunda metade do Século XVIII, a acumulação de capital interno, porém gerado no comércio negreiro, com um “novo grupo: os comerciantes de grosso trato”. Esses elementos não são perceptíveis na Paraíba colonial.

Compreendemos, então, o sertão paraibano como “espaços produtivos, articulados aos interesses do capital mercantil, através da expansão da pecuária”. Esse espaço⁴ não é historicamente isolado de outras unidades, mas articulado a um conjunto mais amplo, ou seja, inserido em um contexto do sistema colonial, elemento essencial do processo de acumulação primitiva de capital das metrópoles europeias (FERNANDES, 1991, p. 13). Assim, a pecuária se apresenta como um espaço subsidiário ao espaço açucareiro, pois sua produção, o gado, servia como força motriz e como fonte de alimentação nos engenhos. Os produtos gerados pelas fazendas de Sousa e que, por sua destinação, não constituíam suprimentos subsidiários da economia açucareira, eram o couro e a meia sola, exportados pelos portos de Recife/PE e Aracati/CE.⁵

Na perspectiva da economia colonial, a terra era um fator de produção básico, mas o regime sesmarial continha elementos híbridos, e não, de um sistema econômico “puro” (capitalista, segundo a autora): combinava a doação, configurando a economia do “dom” do Antigo Regime e também representando *status*, com a exigência de sua ocupação produtiva, o que não pode ser interpretado, necessariamente, como capitalista.

³ Sobre os elementos de produção na Vila de Sousa, ver **Mapa Comparativo da Parochia da Villa Nova de Sousa com as especificações de seu consumo na mesma, e desta se exportou no Anno de 1805**; para a Paraíba, ver **Mapa Comparativo da Capitania da Parahyba do Norte com as especificações de seu consumo na mesma, e desta se exportou no Anno de 1804**. Localização: AHU-ACL-CU-014, Cx 46, D. 3272. (CD 06).

⁴ Neste estudo, o conceito de espaço é pensado como um produto da ação humana e, portanto, a partir de condições históricas determinadas. Para isso, utilizamos as ideias de SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino: existência e consciência de desigualdade regional**. São Paulo: Moderna, 1984.

⁵ Veja **Mapa da Exportação da Parochia da Villa Nova de Sousa nos Annos de 1804 e 1805**. Localização: AHU-ACL-CU-014, Cx 46, D. 3272. (CD 06).

Finalmente, sobre a semelhança entre os dois espaços quanto à questão fundiária, a doação de sesmarias era precedida de requisitos de condições para que o pretendente a terra fosse aquinhado pela mercê real: uma condição fundamental, na época, era a prestação de serviços ao Rei, durante a conquista, portanto, um elemento não-econômico, reportando-nos à já referida economia do “dom”. Quando da verificação das condições do requerente, nas cartas de concessão de sesmarias, constatamos que elas registram que se contemplava essa dimensão sócio-simbólica⁶. Se, pela expressão “não estavam em jogo distinções à base da hierarquia social do sesmeiro” (GALLIZA, 1987, p. 22), a autora pretendeu dizer que as doações sesmarias contemplavam pessoas de vários estratos sociais sem discriminações, e que ela se fez em torno da disponibilidade ou não de capitais para explorar a terra, as pesquisas mais recentes demonstram que a sociedade do Antigo Regime era baseada em hierarquizações sociais e havia o que podemos denominar de *gradações de sesmeiros*, por exemplo, *sesmeiros-proprietários* e *sesmeiros-posseiros*. Essa hierarquização, sob muitos aspectos, afrouxou-se no mundo colonial de forma tal que concessões foram feitas sem a exigência de capitais.

Nosso estudo se processa em um tempo em que a relação do homem com a terra, entendida como instrumento de produção e geradora de capital, era critério essencial para a atribuição de papéis sociais. Contudo, para Galliza (1987), senhores do gado e senhores do açúcar não fazem parte da mesma classe. A autora concebe a sociedade paraibana em “classe alta”, constituída pelos senhores de engenho; “classe média”, formada pelos fazendeiros; e a “classe inferior”, representada pelos homens livres despossuídos dos meios de produção e escravos. Essa sociedade reflete uma imagem em que as várias posições sociais estão ordenadas segundo o grau de participação na distribuição de elementos ou valores sociais. Convém repetir que existem poucos estudos políticos e econômicos sobre o sertão paraibano oitocentista. Todavia, procuramos apresentar alguns elementos econômicos que permitem abrir perspectivas para outros trabalhos que possam contestar essa tese.

Com os inventários de criadores de gado, buscamos adentrar em outro aspecto econômico sobre o sertão: a geração de fortunas nesse espaço. Esse fato merece evidência por causa da inexistência de tal estudo. Entretanto, os inventários não nos permitem, no momento, elaborar uma classificação das fortunas em Sousa, como Mattoso (1992) realizou na Bahia oitocentista - considerando, inclusive, não ser esse o interesse de nossa investigação - mas aferir possibilidades ou virtualidades para a pesquisa sobre as dimensões das fortunas no sertão. Tais análises nos possibilitam saber sobre a estratificação socioeconômica de Sousa e, conseqüentemente, a extensão das fortunas e, com isso, a representatividade dos níveis de riqueza ali existentes e em que classe ou categorias de fortuna se concentravam nossos inventariados. Contudo, é preciso comparar as fortunas declaradas pelos fazendeiros, em Sousa, com as dos senhores de engenho do litoral.

⁶ A esse respeito, consultar TAVARES, João Lyra. **Apontamentos da história territorial da Paraíba**. 1982. Coleção Mossoroense, v. 245. (Edição Facsimilar).

Mattoso (1992) define “fortuna” como a posse de qualquer bem adquirido ou herdado por uma pessoa, a qual era compreendida como “elite afortunada”, pela dificuldade de formar fortunas. A autora classifica as fortunas em Salvador – Bahia - em oito classes. A primeira foi nomeada como fortuna “muito pequena”, com valores de até 200 mil réis, e se limitava, em geral, a bens pessoais, como roupas e móveis. A segunda, com valores que iam de 201 mil réis a um conto de réis, foi denominada de “pequena” e teria um guarda-roupa menos exíguo, um mobiliário mais completo e alguma joia, como imagens de santos. Com mais 300 mil réis, poderia comprar um casebre ou dois escravos, principalmente no início do século. Em seguida, vinham as fortunas “médias baixas” – terceira classe - com valor de um conto e cem mil réis a dois contos de réis. Esse grupo acrescentaria ao primeiro casebre outro, que serviria para alugar. A quarta classe era a “média”, de dois contos e 100 mil réis até 10 contos. A quinta classe - “classe média alta” - era constituída por pessoas que possuíam valores de 10 contos e 100 mil réis a 50 mil réis. Ainda segundo Mattoso (1992), com mais de 10 contos de réis, as pessoas eram consideradas ricas, particularmente, na primeira metade do Oitocentos. As classes seis, sete e oito eram denominadas de “grandes fortunas”, sendo que 90% dessas fortunas pertenciam a negociantes; a “grande baixa” fortuna era constituída de valores que iam de 50 contos e 100 mil réis a 200 contos de réis; a “grande média”, por valores de 200 contos e 100 mil réis a 500 contos; e a última, a “grande” fortuna, por mais de 500 contos e 100 mil réis. Vale ressaltar que a autora utilizou em seu estudo 1115 inventários.

Apesar das dificuldades de acesso a outros documentos que pudessem ampliar nosso *corpus* de análise, acreditamos ser possível fazê-la sobre a fortuna na Paraíba, por amostragem, para o que elaboramos a **tabela 1**:

Tabela 01. Elementos constituintes de fortunas na Paraíba (1853-1869)

<i>ELEMENTOS</i>	<i>SRI VALOR</i>	<i>SR2 VALOR</i>	<i>SR3 VALOR</i>	<i>SR4 VALOR</i>
<i>Dinheiro</i>	NADA CONSTA	3:304\$000	NADA CONSTA	NADA CONSTA
<i>Jóias</i>	416\$300	593\$020	655\$560	1:248\$000
<i>Móveis</i>	1:448\$000	235\$120	220\$000	1:769\$000
<i>Escravos</i>	6:120\$000	5:100\$000	25:795\$000	26:800\$000
<i>Semovente (vacum e cavalari) *</i>	26:178\$000	10:623\$000	11:576\$000	6:103\$000
<i>Bens de raiz</i>	16:608\$000	2:635\$500	64:312\$296	43:800\$000
<i>Dívida ativa</i>	**	***	5:168\$989	5:000\$000
<i>Dívida passiva</i>	NADA CONSTA	***	10:758\$821	14:658\$840

Total líquido	52:069\$500	22:758\$900	107:293\$845	93:717\$000
----------------------	-------------	-------------	--------------	-------------

Fontes: Inventário de Domingos João Dantas (1853). Localização: Acervo Waldice Porto. Inventário de José Pordeus Rodrigues Seixas, 1854. Localização: SEIXAS, Wilson. **Os Pordeus no Rio do Peixe.** Inventário de Josefa Antônia de Albuquerque Maranhão (1855), e Inventário de Joaquim de Mello Azedo, 1869. Localização: AJFC-JP.

Legenda: SR1 = Inventário de Domingos João Dantas (Sousa, 1853); SR2 = Inventário de José Pordeus Rodrigues Seixas (Sousa, 1854); SR3 = Josefa Antônia de Albuquerque Maranhão (Litoral, 1855); SR4 = Joaquim de Melo Azedo (Litoral, 1869).

Atenção: Valor em réis. * SR1 declara possuir uma porção de “bois de açougue”, sem identificar quantidade e valor, que os herdeiros se convencionam em vendê-los e repartir esse valor, igualmente, entre si. ** Valores não declarados e os herdeiros se comprometeram em cobrar a dívida e reparti-la, igualmente, entre todos. *** Não há informação sobre esses itens nos inventários.

Os elementos constitutivos da tabela 01 foram organizados de acordo com os bens declarados nos próprios inventários, mas alguns deles merecem ser esclarecidos. O item “dinheiro” corresponde à quantia em moeda corrente encontrada no domicílio do inventariado por ocasião do seu falecimento; as “joias” são os objetos de uso pessoal ou utilitários em ouro, prata, bronze e cobre e não contabilizados como móveis; o item “móveis” corresponde ao mobiliário das residências, assim como as carroças e os carros usados como transporte; e os instrumentos que distinguem as atividades produtivas dos inventariados, como “cercados”, currais para o gado, e os alambiques de cobre; os “bens de raiz” dizem respeito às terras destinadas à agricultura e à criação de gado, aos terrenos e às casas situados na cidade.

Comparando os elementos constitutivos das fortunas dos inventariados, observou-se que os mais importantes foram os bens de raiz, os bens semoventes e os escravos, embora não na mesma ordem para cada inventariado. Os senhores criadores de gado, Domingos João Dantas e José Pordeus Rodrigues Seixas, tinham nos bens “semoventes” o principal componente da sua fortuna - 50,1 e 46,7% - respectivamente. O segundo componente mais importante difere entre esses dois senhores; para o Dantas, corresponde aos bens de raiz (31,9%) e, somente em terceiro lugar, ficam os escravos (11,7%); para o Seixas, corresponde aos escravos (22,4%) e, em terceiro lugar, ficam os bens de raiz (11,6%).

Os senhores de engenho apresentaram padrões de comportamento muito próximos, pois o principal componente de suas fortunas eram os bens de raiz e, em segundo, os escravos. No inventário da senhora Josefa Antônia de Albuquerque Maranhão, seus bens de raiz correspondiam a 59,9%, e os escravos, a 24,0%. O senhor Joaquim de Mello Azedo, em bens de raiz, possuía 46,7% e, em escravos, 28,6%.

O estudo de Mattoso (1992) aponta que os senhores de engenho da Bahia tinham nos escravos o principal componente de sua fortuna. Na Paraíba, apesar do pequeno número de inventários analisados, a documentação revela, tendencialmente, que senhores de engenho e criadores de gado investiam em escravos menos que em terras. Aqueles ocupavam o segundo ou terceiro lugar na composição de suas fortunas. Outro fator diferencial entre a análise apresentada por Mattoso (1992) e este estudo é referente ao valor dado às terras. A autora afirma que, ao longo do Século XIX, o valor das terras foi um fator importante da fortuna dos senhores de engenho, porém, na segunda metade do Século XIX, as terras representavam apenas 30% da fortuna deles. Na Paraíba, no

mesmo período, os senhores de engenho destinam aos bens de raiz, sobretudo às terras, valores investidos de 50% ou mais de suas fortunas.

As especificações apresentadas nos inventários indicam que, entre os escravos existentes nas fazendas e nos engenhos, predominavam os adultos, com idades que variavam de 19 a 45 anos. O casal Mariana e Domingos João Dantas, criador de gado, possuía 19 escravos, em suas fazendas e sítios, dos quais, dois eram idosos⁷, três, crianças, duas com idade desconhecida, e 14 adultos, cativos que tinham, em média, 28 anos e três meses de idade. O inventário do coronel José Pordeus Rodrigues Seixas, criador de gado, revela a existência de 10 escravos, sendo um idoso⁸, cinco crianças e quatro adultos. Esse senhor possuía a escravaria com menor média de idade - 18 anos e cinco meses. A senhora Josefa Antônia de Albuquerque Maranhão deixou registrado em seu inventário que, junto com seu marido, possuía 72 escravos em seus engenhos e fazendas, onde existiam 12 idosos, 23 crianças e 37 adultos, com idade média de 27 anos e seis meses.

O inventário de Joaquim de Mello Azedo aponta a existência de 34 escravos em seus engenhos: quatro idosos, nove crianças e 21 adultos, com idade média de 31 anos e sete meses. Os inventários dos senhores de engenho apresentam uma população escrava mais velha que as dos criadores de gado de Sousa, que possuíam escravos com idade máxima de 53 anos e aqueles, com cativos com idade de 80 anos.

O que chama a atenção nos inventários é a quantidade de crianças existentes na escravaria. Quase todas elas eram “crias da casa” e provenientes de famílias monoparentais - famílias formadas apenas pelo núcleo composto de mãe e filhos. Falci (1995), em estudo sobre o Piauí sertanejo e pecuarista, e Rocha (2007), estudando a Paraíba açucareira, constataram que a grande quantidade de crianças e o crescimento da população escrava, nessas regiões, são devidos a uma política de reprodução interna para obtenção de mão-de-obra, e não proveniente do tráfico internacional ou provincial⁹.

Mattoso (1992) afirma que, na Bahia, os escravos arrolados nos inventários eram, em grande maioria, idosos, com mais de 50 anos. Segundo essa mesma autora, os fatores que contribuíram para essa especificidade na escravaria baiana foram a cessação do tráfico internacional, que provocou a elevação dos preços dos escravos, a ameaça de abolição e as vendas dos cativos em idade mais produtiva para as regiões cafeeiras do Centro-Sul do país. Esses fatores também podem ser elencados para justificar, na Paraíba, a existência significativa de uma população escrava em idades extremas, composta de muitos jovens e de idosos com idades bem avançadas.

⁷ Entre os adultos, estava Anna, uma preta de 53 anos, que recebeu a liberdade em 1854. Sua história foi comentada neste capítulo.

⁸ O idoso era Pedro, mulato, com 50 anos de idade, que comprou sua liberdade em 1857. Sua história foi comentada neste capítulo.

⁹ Para mais esclarecimentos sobre esse assunto, sugerimos a leitura de FALCI, Miridan Brito Knox. **Escravos do Sertão: demografia, trabalho e relações sociais, Piauí (1826-1888)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995; e ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este estudo discordando de Galliza (1979), que afirmava que o sertão conheceu apenas uma “classe média de empresários”. Analisamos os inventários de dois grandes fazendeiros, e essa documentação aponta a existência de grande fortuna¹⁰. Os inventários dos criadores de gado, em Sousa, Domingos João Dantas e José Pordeus Rodrigues Seixas, revelam a existência de fortunas significativas no sertão, em que se apresentam como fazendeiros com muitos recursos e vivendo em casas muito confortáveis. O inventário de Domingos João Dantas mostra, ainda, que esse senhor possuía uma “casa grande com senzala de escravos com 17 portas e 4 janelas”, portanto, uma residência mais confortável do que o padrão de vida que levava o homem sertanejo do Século XVIII.

Podemos afirmar que, devido à instabilidade dos bens adquiridos, ficou difícil os Dantas e os Seixas permanecerem ricos. Além da divisão da herança entre os diversos herdeiros, essas famílias tinham, como principal componente de suas fortunas, os bens semoventes, gado vacum e cavalar. A fortuna dos Dantas, calculada em mais de 50 contos de réis, possuía um alto número de cabeças de gado vacum, num total de 1730, e 118 de cavalar, distribuídos em 19 propriedades. O senhor Domingos João Dantas e sua esposa, D. Mariana, diversificaram as áreas de suas fazendas, que foram edificadas em três municípios da Província, sete propriedades em Sousa, sete em Piancó e cinco em São João do Cariri. O casal possuía, ainda, uma “casa de venda”, no Rio Grande do Norte¹¹. A diversificação da fortuna dos Dantas ocorreu espacialmente, e não, na atividade produtiva. Assim, num período de estiagem mais demorada, a família podia sofrer com a perda de parte de sua fortuna e com a morte do seu gado por falta de água.

Os Rodrigues Seixas também diversificaram espacialmente sua fortuna. Possuíam fazendas em Sousa e no município de Ouricuri (Pernambuco). Também poderia ocorrer uma tragédia, como a seca¹², e a perda de grande parte da fortuna, que poderia acontecer também por força de dívidas, apesar de nossos inventariados de Sousa não apresentarem esse elemento, por má gestão dos negócios e/ou por numerosos filhos para criar e educar.

Os dois inventariados escolhidos como de senhores de engenho – o da senhora Josefa Antônia de Albuquerque Maranhão e do senhor Joaquim de Mello Azedo – apresentam algumas características não percebidas entre os criadores de gado. A família Albuquerque Maranhão e a Mello Azedo diversificaram, espacial e produtivamente, suas fortunas. Ambas, além de se dedicarem à produção da cana-de-açúcar, em seus engenhos, também se dedicaram à criação de gado tanto na Província da Paraíba quanto na do vizinho Rio Grande do Norte¹³. Contudo, os inventários aqui estudados demonstram a existência de criadores de gado que, no sertão da Paraíba, apesar das adversidades, construíram suas fortunas e foram senhores de muitas posses.

¹⁰ Estamos desconsiderando a riqueza dos grandes sesmeiros, como os Oliveira Ledo e outros, porque, ainda, não localizamos seus inventários.

¹¹ Leia o inventário de Domingos João Dantas (1853). Localização: Acervo particular de Waldice Porto.

¹² Consulte o inventário de José Pordeus Rodrigues Seixas, 1854. Localização: SEIXAS (1972).

¹³ Consulte os Inventários de Josefa Antônia de Albuquerque Maranhão, 1855, e Joaquim de Mello Azedo, 1869. Localização: AJFC.

REFERÊNCIAS

FALCI, Miridan Brito Knox. **Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais.** Piauí, 1826-1888. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. **A capitania real da Paraíba.** João Pessoa, n° 25, abr. 1991. (Textos NDIHR).

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia** Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888.** João Pessoa: UFPB, 1979.

_____. As economias açucareiras e criatória (pecuária) no Nordeste brasileiro à época da colonização: estudo comparativo. **Ciência Histórica**, João Pessoa, ano 1, n° 1, p. 20-38 jan/mar 1986.

INVENTÁRIO de Domingos João Dantas (1853). Localização: Acervo Waldice Porto.

INVENTÁRIO de José Pordeus Rodrigues Seixas, 1854. In: SEIXAS, Wilson. **Os Pordeus no Rio do Peixe.**

INVENTÁRIO de Josefa Antônia de Albuquerque Maranhão (1855). Localização: AJFC-JP.

INVENTARIO de Joaquim de Mello Azedo, 1869. Localização: AJFC-JP.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade Reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX).** Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

Mapa Comparativo da Parochia da Villa Nova de Sousa com as especificações de seu consumo na mesma, e desta se exportou no Anno de 1805; para a Paraíba, ver Mapa Comparativo da Capitania da Parahyba do Norte com as especificações de seu consumo na mesma, e desta se exportou no Anno de 1804. Localização: AHU-ACL-CU-014, Cx 46, D. 3272. (CD 06).

Mapa da Exportação da Parochia da Villa Nova de Sousa nos Annos de 1804 e 1805. Localização: AHU-ACL-CU-014, Cx 46, D. 3272. (CD 06).

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Família e sociedade na Bahia do século XIX.** Trad. James Amado. São Paulo: Corrupio, 1988.

_____. **Bahia, século XIX:** uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil: Império.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 143-179.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba Oitocentista:** população, família e parentesco espiritual. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Viagem através do sertão da Província da Paraíba.** João Pessoa: A UNIÃO, 1985.

_____. **O velho Arraial de Piranhas (Pombal).** João Pessoa: Grafset, 2004.

_____. **Os Pordeus no Rio do Peixe.** João Pessoa: Gráfica Universal, 1972.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino:** existência e consciência de desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984.

TAVARES, João Lyra. **Apontamentos da história territorial da Paraíba.** Mossoró/RN: Fundação Guimarães Duque, 1989. v 2. (Coleção Mossoroense, Edição fac-similar).